

**Discurso do Ministro da Saúde e da Segurança Social
Dr. Arlindo Nascimento do Rosário
08 de abril de 2019
Sessão comemorativa do Dia Mundial da Saúde**

- ✓ Bastonário da Ordem dos Médicos
- ✓ Delegados de Saúde da Ilha de Santiago
- ✓ Coordenadores dos Programas da Saúde
- ✓ Representante da OMS
- ✓ Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e cidadania
- ✓ Presidente do Conselho da Administração do HAN
- ✓ Presidente da Comité Nacional de Pesquisa em Saúde
- ✓ Inspectora Geral da Saúde (em representação Isabel Varela)
- ✓ Diretor da Região Sanitária Santiago Norte
- ✓ Responsáveis dos Centros de Saúde
- ✓ Diretor do Hospital Regional Santiago Norte
- ✓ Diretores de Serviços da DGPOG do MSSS
- ✓ Diretores de Serviços da DNS

Cabo Verde junta-se a todos os países do mundo na celebração do dia mundial da saúde, este ano sobre o lema para alcançar os cuidados de saúde universais.

Em todo o território, nos diversos concelhos, várias atividades vêm sendo realizadas pelas estruturas de saúde, com forte envolvimento da população.

Palestras, feiras de saúde, atividades desportivas aconteceram e vêm acontecendo.

Quero destacar a abordagem intersectorial e interinstitucional na realização dessas atividades que põe em evidência a saúde como um produto social e o ministério da saúde e da segurança social, na liderança de um processo que coloca a saúde em todas as políticas.

O enfoque sobre as determinantes de saúde, nas estratégias de prevenção e promoção serviu de denominador comum e não deixa de constituir um sinal claro na mudança de paradigma da saúde em Cabo verde.

Um Cabo Verde que todos nós queremos com melhores índices de saúde, capaz de responder as situações de doença, mas sobretudo, que entenda que a saúde não é apenas ausência de doença, mas sobretudo um estado de bem-estar físico mental e de bem-estar individual e social.

Parabenizo, pois, todos os profissionais de saúde pelo dia, pela forma e pelo engajamento neste processo rumo a materialização dessa visão.

Parabenizo de igual modo os diversos departamentos governamentais, como a educação, os desportos, a agricultura e o ambiente, as câmaras municipais, as varias Ong's e organizações comunitárias pelo seu forte compromisso e engajamento.

Permitam-me também destacar o importante contributo dos nossos parceiros, das organizações internacionais, nomeadamente do Sistema das Nações unidas, da Organização Mundial da Saúde, da cooperação bilateral que desde a primeira hora tem aportado contributos relevantes para que Cabo verde, país de rendimento médio baixo tenha a situação de saúde que hoje tem, comparável a países de alto rendimento.

Citando o diretor geral da OMS, Dr. Tedros, não podemos falar de cuidados universais de saúde sem falar da segurança sanitária e da promoção da saúde.

Só uma ação por um lado, focada na promoção, nos determinantes de saúde, nos fatores de risco e por outro na vigilância sanitária poderá favorecer a extensão cuidados de saúde a toda a população.

Teremos mais saúde se tivermos melhores condições de habitabilidade, se tivermos mais e melhor educação, se tivermos melhor saneamento, melhores estradas, melhores caminhos vicinais, melhores meios de transporte intra e inter-ilhas, se tivermos mais e melhor emprego.

Teremos melhores condições de saúde, se estivermos preparados para responder as emergências sanitárias, as alterações climáticas não apenas com medidas circunstanciais, mitigadoras, mas com medidas estruturantes e resilientes.

Minhas senhoras e meus senhores

Estes são sem dúvida os pilares fundamentais que conjuntamente com a estratégia de universalização de cuidados, dão força e solidez aos Sistemas de Saúde.

Falar de cuidados universais de saúde é falar de princípios fundamentais e, que estão plasmados na nossa Constituição e que são, a universalidade de acesso, a equidade e a integralidade.

Mas é falar também da redução das assimetrias, é criar respostas estruturadas para a nossa condição de País insular e arquipelágico.

É trabalhar na melhoria da governação do Sistema Nacional de Saúde, do Serviço Nacional de Saúde, na melhoria do Setor farmacêutico, é investir num forte programa de equipamentos medico-hospitalares, é melhorar e alargar as fontes de financiamento da saúde, é unir o país através de um bom sistema de informação sanitária.

Na verdade, a estratégia de cuidados universais de saúde, hoje tão em evidência a nível mundial, não é algo novo para nós. Ela é a estratégia e o caminho que o serviço nacional de saúde sempre percorreu. Levar a saúde a toda a gente, em toda a parte, a qualquer hora tem sido um desígnio nacional.

Muito temos conseguido, mas muito caminho falta ainda a percorrer. E fá-lo-emos se compreendermos que ela mais do que um estado é um processo em permanente transformação, em desenvolvimento e que é também um reflexo da condição socioeconómica do País.

Se compreendermos, que ela resulta de um dever do Estado, mas que é também uma obrigação e uma responsabilidade de todos e de cada um.

Realço este ponto que é o sentido da responsabilidade. Da corresponsabilidade.

A responsabilidade de todos e de cada um para preservar a saúde, de contribuir nas respostas a demandas cada vez mais exigentes, em termos de complexidade das situações clínicas, mas também de sustentabilidade financeira do sistema.

Poderá o serviço nacional com o nível de financiamento que tem de garantir a plena realização da cobertura universal de saúde?

Falar dos custos em saúde não é de maneira nenhuma criar uma narrativa que visa a mercantilização da saúde, como já oiço dizer. A saúde não tem preço, mas custa!

Como não falar dos custos da saúde, quando todos expressam um desejo legítimo de ter um serviço de saúde, com mais e melhores recursos humanos em quantidade e em qualidade, mais motivados, com salários mais justos, com carga de trabalho mais suportável? Quando exigimos melhores equipamentos de diagnóstico em todas as ilhas, melhor resposta as evacuações, mais e melhores cuidados primários de saúde, mas também mais e melhores respostas a nível da atenção hospitalar?

Como não falar dos custos quando constitui obrigação do estado, garantir o acesso geográfico, mas também económico a todos os cabo-verdianos e cabo-verdianas, de não deixar para trás uma faixa importante da nossa população constituída por cerca de 35% de pobres e 15% de muito pobres?

Aqui chegamos a um ponto muito importante que é o financiamento do setor.

Poderá o orçamento do Estado contemplar mais verbas para a Saúde?

A luz do compromisso de Abuja, assumido pelos estados Africanos, de alocação de 15% dos OGE para a saúde, diria que sim. Conquanto o Orçamento do ministério da saúde venha crescendo nos últimos anos continuamos ainda longe dos 15%. Mas pergunto se é racionalmente exigível, se é razoável colocar pressão sobre o ministério das finanças quando temos também setores prioritários e que também contribuem para aumentar o nível da saúde, como a educação, a agricultura, os desportos que tem também as suas necessidades?

É nosso entendimento que a progressiva alocação de mais recursos financeiros para a saúde através do OGE deverá acompanhar o crescimento económico do País.

Devemos aumentar o cofinanciamento da previdência social? Nestes últimos anos, duplicamos esse cofinanciamento. Mas o INPS cobre ainda apenas 43% da nossa população. Significa que temos ainda 57% da população sem um seguro social cujo acesso aos cuidados de saúde tem de ser garantidos através do estado e da inclusão social e do rendimento das famílias.

Considero que a comparticipação do INPS deverá ser reforçada através do aumento da cobertura e este é um processo que tem registado avanços significativos.

Mas temos outras fontes de financiamento que poderão ser melhor exploradas.

Falo dos seguros privados, mas sobretudo da contribuição do setor privado.

Temos promovido o dialogo com o setor privado da saúde, visando a tal complementaridade entre os setores publico e privado.

Gradualmente através da melhoria dos canais de comunicação, estamos a chegar a um entendimento de que mais do que a competição para ocupação de um mesmo espaço, potencial gerador de conflitos de interesses é possível explorar espaços complementares de intervenção, numa logica de “win win”, de verdadeira parceria e complementaridade.

O crescimento exponencial do turismo em cabo verde abre oportunidades ainda pouco exploradas, nomeadamente, no turismo de saúde, na criação de um serviço eficiente de evacuações, no investimento em infraestruturas de saúde capazes de contribuir para reduzir a necessidade de evacuações externas, mas também de responder a demanda interna.

Em breve, ao ritmo de crescimento do turismo atingiremos um milhão de turistas que procuram o país anualmente. Que acordos poderão ser estabelecidos com as varias entidades seguradoras internacionais para garantir uma melhor segurança e um adequado atendimento medico? Qual é o perfil clinico dos turistas que demandam as nossas ilhas? Que serviços poderão ser explorados e implementados?

Que acordos poderão ser estabelecidos com empresas e hospitais internacionais na criação de uma rede internacional de prestação de cuidados de saúde a nível privado?

Repito, aqui também o paradigma terá também que ser mudado. Os setores publico e privado longe de serem conflitantes podem e devem ser complementares.

O governo está a trabalhar neste sentido. Através do dialogo permanente com o setor privado, da revisão da legislação, da criação da entidade reguladora da saúde, de medidas fiscais que visam melhorar o ambiente e as condições de atuação dos dois setores.

É um dever constitucional termos um serviço nacional de saúde, publico, forte, mas é também um compromisso programático do Governo, dotar o país de um sistema de saúde, resiliente e que não seja um mero distribuidor de recursos, mas que contribua para o crescimento económico de Cabo Verde.

Juntos vamos conseguir alcançar as metas propostas no PEDS e os ODS.

obrigado